



TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº LCT2600006

**OBJETO:**

Aquisição de plataforma elevatória hidráulica de acessibilidade, mais cabina, inclusive as portas de pavimentos e mão de obra de instalação completa com atendimento a ABNT NBR ISO 9386, ABNT NBR 9050, para atender a Sede do SEBRAE/DF.

Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Opcional	<input checked="" type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> Pedido de Compra <input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Por Item <input type="checkbox"/> Por Lote

Exige Amostra	Catálogo/ Folder/Prospecto	Garantia do Bem	Garantia Contratual
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**Requisitos Básicos:**

- ☒ HABILITAÇÃO JURÍDICA
- ☒ QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- ☒ REGULARIDADE FISCAL

**Requisitos Específicos:**

- ☒ QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

- ☒ Sim, mediante reajuste, após 12 (doze) meses da data limite para apresentação da proposta, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais.
- ☐ Sim, após 12 meses de vigência, mediante repactuação, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais.
- ☐ Não, o preço será fixo e irrevogável.

**GERÊNCIA DEMANDANTE:**

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de plataforma elevatória hidráulica de acessibilidade, maia cabina, inclusos as portas de pavimentos e mão de obra de instalação completa com atendimento a ABNT NBR ISO 9386, ABNT NBR 9050, para atender a Sede do SEBRAE/DF, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Plataforma elevatória hidráulica de acessibilidade, maia cabina, inclusos as portas de pavimentos e mão de obra de instalação completa	Equipamento	1

1.2. O(s) equipamento(s) objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, porque possui escopo padronizado, procedimentos rotineiros e soluções já consolidadas na prática do setor, não demandando elaboração de projetos complexos ou inovações técnicas substanciais.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 36 da Resolução CDN Nº. 493/2024.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, o Sebrae SIA dispõe de apenas um elevador em funcionamento, o qual atende exclusivamente ao Bloco 2. Em caso de falha técnica ou paralisação desse equipamento, as pessoas que circulam pela edificação e que possuem restrições de mobilidade, ou que não conseguem utilizar escadas, ficam impedidas de acessar os demais ambientes, comprometendo a acessibilidade, a inclusão e a continuidade das atividades no local.

2.2. Não existe hoje uma lei federal que obrigue absolutamente toda edificação com mais de um andar a instalar um elevador ou plataforma em todas as situações, mas:

2.2.1. A **Legislação federal de acessibilidade** (Lei nº 10.098/2000 e Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito à acessibilidade universal e a remoção de barreiras arquitetônicas, condicionando o uso de equipamentos de acesso quando necessários.

2.2.2. O **Decreto nº 5.296/2004** e normas técnicas (ABNT NBR 9050) exigem que projetos e edificações considerem a possibilidade de acesso vertical acessível.



2.2.3. No **Distrito Federal**, há leis distritais que exigem projeto que facilite a instalação de equipamentos de deslocamento vertical e acessibilidade em edificações com mais de um pavimento, além de obrigar acessibilidade em elevadores novos ou adaptados.

### 3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS/PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. O custo estimado total da contratação é o descrito no Edital.

### 4. DA VISTORIA:

4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado de empregado do SEBRAE/DF, de **segunda à sexta-feira, das 10:00h às 16:00h**.

4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Especificação da plataforma

5.1. Percurso: Até 4000 mm;

5.2. Paradas: 02 (duas);

5.3. Entradas: Unilaterais;

5.4. Capacidade: 325 Kg de carga;

5.5. Velocidade: 6 m/min;

5.6. Alimentação: 380 Volts trifásico;



- 5.7. Frequência: 60 Hertz;
- 5.8. Potência: 2,2 KW;
- 5.9. Acionamento: Mecanismo hidráulico;
- 5.10. Operação Comando: por pressão constante com parada automática nos pavimentos, Válvula de segurança contra rompimento de tubulação, Freio de segurança, Sistema de Orientação por voz na Cabina, sistema de resgate autônomo com bateria que na falta ou queda de energia permite que a plataforma desça e o usuário não fique retido na mesma;
- 5.11. Instalação: Interno/Externo;
- 5.12. Enclausuramento: incluso autoportante em perfil metálico, com acabamento em pintura eletrostática e fechamento em vidro laminado duplo;
- 5.13. Botoeira Pavimentos: 01 botão;
- 5.14. Botoeira Cabina: Botão de emergência.;
- 5.15. Acabamento Pintura eletrostática cor branco gelo;
- 5.16. Altura painéis 1100 mm e 2000 mm;
- 5.17. Dimensões internas 900mm x 1.400 mm;
- 5.18. Piso Antiderrapante;
- 5.19. Porta pavimento 800 x 2.100 mm modelo eixo vertical com batente e molas de travamento a 90°;
- 5.20. Acabamento Em aço Pintado e VIDRO LAMINADO DUPLO 10 MM;
- 5.21. Enclausuramento Incluso-Estrutura autoportante em perfil metálico, com acabamento em pintura Eletrostática e fechamento em vidro, com cobertura em acrílico;
- 5.22. Caixa de corrida: 1530 x 1750 mm – área para instalação Rebaixo (poço) 150 mm;
- 5.23. Última altura: 2.500 mm;
- 5.24. Segurança: Travamento das portas durante o movimento;
- 5.25. Abertura das portas somente com a plataforma nivelada ao piso;
- 5.26. Botão de emergência para parada imediata em qualquer posição;



- 5.27. Válvula de segurança contra rompimento de tubulação;
- 5.28. Freio de segurança na arcada;
- 5.29. Porta com parada em 90º e retorno autônomo;
- 5.30. Sistema de resgate em caso de queda de energia;
- 5.31. A Movimentação da plataforma será por joystick com pressionamento constante;
- 5.32. Baixo nível de ruído.

#### **Normas Técnicas Aplicáveis**

- 5.33. Adaptações Normativas Conforme NBR NM16858-1 E NBR 15597/98;
- 5.34. ABNT NBR 9050;
- 5.35. ABNT ISO 9386-1/2013;
- 5.36. NR-10 e NR-12 – Segurança em instalações e serviços com eletricidade e máquinas;
- 5.37. O equipamento a ser instalado deverá estar em conformidade com todos os preceitos estabelecidos na ABNT (Associação Brasileira de Normas de Técnicas) no que concerne às condições de segurança, para instalação e funcionamento de plataformas de elevatória semi cabinada.

#### **Prazo, local e condições da prestação e entrega dos serviços**

- 5.38. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: sede do SEBRAE/DF, localizada no SIA Trecho 03, Lote 1580, Brasília – DF, CEP: 71.200-030.
- 5.39. Prazo: o equipamento e os serviços descritos neste instrumento deverão ser executados no prazo de **110 (cento e dez) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Compra/Serviço.
- 5.40. Horário: caso a natureza dos serviços possa ocasionar interrupções nas atividades ou comprometer o funcionamento do SEBRAE/DF, sua execução deverá ser programada para horários alternativos, como noites, finais de semana e feriados, mediante anuência do gestor do contrato e do gerente da GEAF.
  - 5.40.1. Considerando o prazo estabelecido e o fato de o local de execução tratar-se de um prédio comercial com horário de funcionamento das 08h00 às 18h00, atividades que gerem ruídos excessivos — como demolições ou uso de maquinário pesado — deverão ser realizadas preferencialmente durante a noite, aos finais de semana ou em feriados

#### **Normas de segurança do trabalho**



5.41. A segurança dos operários deverá ser rigorosamente garantida mediante a utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como pela adoção de critérios seguros para a montagem e desmontagem de equipamentos, entre outros procedimentos. Deve-se observar o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à segurança coletiva e individual.

5.42. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as Normas Regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho, destacando-se, especialmente:

5.42.1. NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

5.42.2. NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual.

5.42.3. NR 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.42.4. NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

5.42.5. NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

5.42.6. NR 35 – Trabalho em Altura.

5.43. A CONTRATADA deverá manter no local de execução dos serviços o material necessário para primeiros socorros, armazenado em local apropriado e sob responsabilidade de pessoas treinadas para seu uso, conforme determina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

5.44. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de seus empregados, assim como as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, além do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), conforme as normas regulamentadoras vigentes.

5.45. A CONTRATADA deverá garantir que todos os profissionais designados para a execução dos serviços, incluindo equipes residentes e eventuais, estejam devidamente identificados por meio de crachá da empresa e trajando uniforme completo, em conformidade com os padrões de higiene, segurança e apresentação. Também deverá fornecer os uniformes e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo calçados adequados a cada função, em estrita observância à NR 06.

5.46. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança de terceiros, incluindo, quando aplicável, a instalação de tapumes e a sinalização adequada das áreas em serviço, conforme as Normas de Segurança do Trabalho.

5.47. A CONTRATADA deverá armazenar e estocar os materiais de forma organizada, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas nem a circulação de materiais.



5.48. Em caso de ocorrência de acidentes de trabalho, a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelo acidente, bem como por seus encargos, considerando que lhe cabe a fiscalização e execução segura dos serviços.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Regras gerais:**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, Resolução CDN nº 493/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. A fiscalização da obra será conduzida por profissional da área de engenharia contratado pelo SEBRAE/DF, em conjunto com o gestor do contrato, ambos responsáveis por aprovar as tarefas específicas descritas nos anexos e apêndices deste documento.

6.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.4. As comunicações entre o SEBRAE/DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5. O SEBRAE/DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o SEBRAE/DF poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.2. Preposto**

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.



6.2.3.O SEBRAE/DF poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **6.3. Fiscalização**

6.3.1.O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a SEBRAE/DF;

6.3.2.O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.3.4.O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.3.5.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.3.6.O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.3.7.O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.8.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.3.9.A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do SEBRAE/DF ou de seus empregados, gestores e fiscais, de conformidade.

### **6.4. Gestor do Contrato**





6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do SEBRAE/DF.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do SEBRAE/DF.

6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente a GEAF para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

7.6. Não praticar atos de ingerência no SEBRAE/DF da Contratada, tais como:

7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar todos os serviços com mão de obra especializada e supervisionada por técnico responsável (CREA/ART);

8.2. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários;

8.3. Garantir a segurança dos trabalhadores e usuários;



- 8.4. Apresentar ART e laudo técnico de conformidade após conclusão dos serviços;
- 8.5. Treinar os responsáveis pela operação e manutenção do elevador.
- 8.6. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao SEBRAE/DF, devendo ressarcir-lo imediatamente em sua integralidade, ficando o mesmo autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de funcionário do SEBRAE/DF;
- 8.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.



- 8.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 8.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 8.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 8.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, municipal ou distrital, as normas de segurança da Contratante;
- 8.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.25. Apresentar obrigatoriamente o diário de obras, registrando todas as atividades realizadas diariamente em cada frente de serviço, bem como relatório fotográfico e cronograma de medição.
- 8.26. Fornecer aos seus técnicos todos os equipamentos, ferramentas e acessórios necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo transporte, guarda, carga e descarga.
- 8.27. Corrigir e restaurar pisos, paredes, fachadas e demais elementos danificados durante a execução dos serviços, deixando-os conforme o original.



- 8.28. Manter o ambiente e as dependências do SEBRAE/DF limpos, tanto ao final das atividades diárias quanto durante a execução dos serviços, retirando todo material e entulho gerado.
- 8.29. Realizar a desmontagem e o descarte adequado das instalações antigas, incluindo cabeamento e quadros obsoletos.
- 8.30. Cumprir rigorosamente as especificações da planilha quantitativa, não podendo realizar modificações sem autorização expressa e por escrito do Gestor do Contrato.
- 8.31. Interromper total ou parcialmente os serviços sempre que necessário para garantir a correta execução, conforme previsto no contrato e no projeto, inclusive em condições atmosféricas adversas ou por determinação expressa e escrita do Gestor do Contrato.
- 8.32. Cumprir todas as normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo e orientando o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a todos os trabalhadores em áreas de risco.
- 8.33. Facilitar o acesso do SEBRAE/DF a qualquer parte da obra, a qualquer momento.
- 8.34. Manter na obra um representante credenciado da área de engenharia elétrica, com autoridade para acompanhar, executar e implantar os serviços contratados, sem prejuízo das atribuições da fiscalização do SEBRAE/DF.
- 8.35. Executar os serviços utilizando exclusivamente materiais de primeira qualidade, conforme normas ABNT, projetos fornecidos e eventuais modificações aprovadas durante a execução.
- 8.36. Providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil, alinhada ao cronograma.
- 8.37. Fornecer máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, insumos, transporte e demais recursos necessários para execução, conclusão e manutenção dos serviços, temporários ou definitivos.
- 8.38. Apresentar, antes do início dos serviços, um plano detalhado de execução com cronograma, indicando datas previstas para início e conclusão das atividades em cada ambiente, buscando minimizar impactos na rotina do SEBRAE/DF.
- 8.39. Responsabilizar-se, durante a execução e até a entrega definitiva, por quaisquer danos ou avarias causadas no interior dos prédios, inclusive equipamentos, mobiliário e elevadores, bem como pela integridade dos itens desmontados e posteriormente remontados para reforma.
- 8.40. As instalações sanitárias para o pessoal envolvido serão previamente definidas pelo SEBRAE/DF.



8.41. Solicitar autorização formal ao SEBRAE/DF, com pelo menos 24 horas de antecedência, para execução de serviços fora do horário normal (noite, fins de semana e feriados).

8.42. Conferir todas as medidas nos locais de aplicação e instalação dos materiais.

8.43. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade, transporte, carga, descarga, movimentação, armazenamento e utilização dos materiais, conforme especificações técnicas, incluindo perdas.

8.44. Responsabilizar-se pelo pagamento de impostos, multas, encargos sociais e demais tributos incidentes sobre a obra ou pessoal empregado.

8.45. Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução dos serviços, não eximindo-se da responsabilidade mesmo diante da fiscalização ou informações ausentes no edital.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, que deverá ser previamente autorizada pelo Gestor do Contrato.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia do SEBRAE/DF, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o SEBRAE/DF pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 10. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

### Do recebimento

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo Gestor e Fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

10.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



10.4. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

10.5. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, pelo Gestor e Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo Gestor e Fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

10.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



10.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Reajuste**

10.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, com base **SINAPI 05\_2025 / ORSE - 04\_2025**, ficando estabelecida a referência de **abril/2024**.

### **11. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

11.1. No presente caso **não será admitida a participação de empresas em consórcio**, tendo em vista que não há no objeto em apreço nada que justifique tal permissão. Ao contrário disto, estaria se atentando contra o princípio da competitividade, pois se permitiria, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si o objeto do presente instrumento, violando, por via transversa, o princípio da vantajosidade.

11.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente caso não limitará a competitividade.

### **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. O gestor do contrato acompanhará e fiscalizará a entrega dos bens adquiridos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O acompanhamento e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do SEBRAE/DF ou de seus agentes e prepostos.

### **13. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

13.1. A Nota Fiscal referente aos produtos deverá ser emitida e entregue, improrrogavelmente, até dia 20 (vinte) de cada mês. Posterior a esta data, a mesma deverá ser emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente.

13.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.3. A natureza e descrição da nota fiscal deve ser de acordo com objeto descrito neste Termo de Referência, sendo, desta forma, emitida uma nota fiscal de produto.





13.4. As notas fiscais deverão ser apresentadas com os valores e descrição dos produtos entregues, sendo o pagamento realizado pela quantidade de produtos efetivamente entregues.

## 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em **até 10 (dez) dias** úteis, contados a partir do recebimento da documentação fiscal correspondente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal correspondente quando a área requisitante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive abrangendo as Contribuições Sociais, conforme a portaria conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2/10/2014;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de quitação com as Fazendas Estadual e Municipal.

14.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, o mesmo será advertido, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo tal prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do SEBRAE/DF.

14.5. Havendo erro na apresentação da documentação fiscal correspondente à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a SEBRAE/DF.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Persistindo a irregularidade, o SEBRAE/DF deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

14.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.



## 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no percentual de 10%, conforme disposto no artigo 37, da Resolução CDN n.º 439/2023 de 28 de novembro de 2023.

15.2. Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.3. caução em dinheiro;

15.4. seguro-garantia;

15.5. fiança bancária.

15.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da SEBRAE/DF, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do Contratado.

15.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.9. O SEBRAE/DF executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.10. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## 16. INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

16.1. Comete infração, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, Resolução CDN nº 493/2024, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao SEBRAE/DF ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar com o SEBRAE/DF, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o SISTEMA SEBRAE, com abrangência nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. Multa:

16.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

16.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

16.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a”, “e” a “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

16.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” e “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

16.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de XX% de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SEBRAE/DF.



16.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação.

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo SEBRAE/DF à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo SEBRAE/DF.

16.8. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF e Portal do Fornecedor.

16.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF e Portal do Fornecedor serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.10.4. os danos que dela provierem para o SEBRAE/DF.

## **17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

17.1. Os contratos poderão ser acrescidos em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo.

17.2. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

17.3. Os acréscimos e supressões devem ser sempre calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato.

## **18. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### **Exigências de habilitação**

18.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

18.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

18.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



18.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.16. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação econômico-financeira**

18.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

18.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

18.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

18.22. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

18.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

18.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

18.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação técnica**

18.27. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

18.27.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

18.28. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



### **Qualificação Técnico-Operacional**

18.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

18.30. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

18.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

18.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

18.34. A proposta de preço da LICITANTE vencedora deverá conter declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, materiais, serviços, montagem, instalação, complementos de infraestrutura, testes, garantia, inclusive a desmontagem, montagem e transporte dos equipamentos para fins de reparos durante o período de garantia, treinamento, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

Brasília/DF, março de 2026.